

# A “DUBAI BRASILEIRA” EM TEMPOS DE CRISE: TURISMO, PANDEMIA E VULNERABILIDADE TERRITORIAL EM BALNEÁRIO CAMBORIÚ/SC

Mateus Testoni Carvalho <sup>1</sup>  
Fernando Campos Mesquita <sup>2</sup>

## RESUMO

Buscamos compreender as implicações da crise decorrente da pandemia da Covid-19 no setor turístico de Balneário Camboriú, em Santa Catarina, à luz das discussões em torno da vulnerabilidade territorial. Para dimensionar os efeitos da crise no município, utilizamos as Atividades Características do Turismo (ACT), elaboradas pelo Ipea, que classifica os trabalhadores em oito categorias funcionais do turismo. Dados de emprego e faixas salariais foram coletados a partir da Relação Anual de Informações Sociais (Rais), referentes aos anos de 2011 a 2021. Observamos uma redução generalizada dos empregos formais e no nível dos salários, com ampliação dos trabalhadores que recebem menos de 2 salários-mínimos, com exceção do setor de cultura e lazer. Os dados evidenciam o turismo como atividade que amplia a especialização local e a vulnerabilidade territorial em um mundo marcado por crises e incertezas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Turismo; Covid-19; Vulnerabilidade Territorial.

## THE “BRAZILIAN DUBAI” IN TIMES OF CRISIS: TOURISM, PANDEMIC, AND TERRITORIAL VULNERABILITY IN BALNEÁRIO CAMBORIÚ/SC

## ABSTRACT

We seek to understand implications of the resulting crisis of the Covid-19 pandemic on the tourism sector of Balneário Camboriú in Santa Catarina, in light of discussions surrounding the territorial vulnerability. To identify the effects of the crisis on the municipality, we utilized the Tourism Characteristic Activities (ACT) framework developed by Ipea, which classifies workers into eight functional tourism categories. Employment and wage data were collected from the Annual Social Information Report (Rais) for the years 2011 to 2021. We observed a widespread reduction in formal jobs and wage levels, accompanied by an increase in workers earning less than 2 minimum wages, except within the culture and leisure sector. The data underscore tourism as an activity that accentuates local specialization and territorial vulnerability in a world marked by crises and uncertainties.

**KEYWORDS:** Tourism; Covid-19; Territorial Vulnerability.

---

<sup>1</sup> Mestrando em Educação pelo Instituto Federal Catarinense (IFC) e formado em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professor de Geografia da Rede Estadual de Ensino de Santa Catarina. testoni.carvalho@outlook.com

<sup>2</sup> Pós-doutor em Política Científica e Tecnológica e doutor em Geografia, ambos pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Professor do Departamento de Geociências da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). fernando.mesquita@ufsc.br

**LA “DUBÁI BRASILEÑA” EN TIEMPOS DE CRISIS: TURISMO, PANDEMIA Y  
VULNERABILIDAD TERRITORIAL EN BALNEÁRIO CAMBORIÚ, SANTA  
CATARINA”**

**RESÚMEN**

Buscamos comprender implicaciones de la crisis resultante de la pandemia de la Covid-19 en el sector turístico de Balneário Camboriú, en Santa Catarina, a la luz de las discusiones en torno de la vulnerabilidad territorial. Para dimensionar los efectos de la crisis en el municipio, utilizamos las Actividades Características del Turismo (ACT), elaboradas por el Ipea, que clasifica a los trabajadores en ocho categorías funcionales del turismo. Se recopilaron datos de empleo y rangos salariales de la Relación Anual de Información Social (Rais), correspondientes a los años 2011 a 2021. Observamos una reducción generalizada de los empleos formales y del nivel de salarios, con un aumento de los trabajadores que perciben menos de 2 salarios mínimos, excepto en el sector de cultura y ocio. Los datos ponen de manifiesto el turismo como actividad que amplía la especialización local y la vulnerabilidad territorial en un mundo marcado por crisis e incertidumbres.

**PALABRAS-CLAVE:** Turismo; Covid-19; Vulnerabilidad Territorial.

**INTRODUÇÃO**

A pandemia da Covid-19, declarada em março de 2020 pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e que se alastrou até maio de 2023, colocou em xeque questões estruturais na economia e na sociedade (MENDEZ, 2020; LOPES, 2023). O turismo, que será o campo de reflexão deste artigo, foi uma das áreas mais afetadas com as medidas que restringiram a mobilidade e a interação de pessoas<sup>3</sup>, impactando nos fluxos econômicos e na empregabilidade das regiões dependentes dessa atividade (CAÑADA, 2021).

Esse processo será interpretado em um campo teórico que comprehende as regiões turísticas como aqueles onde o sistema de objetos articula as virtualidades naturais e técnicas (SANTOS, 2006). Um processo de especialização é fortalecido visando criar vantagens em um contexto de competição com outros destinos turísticos (SANTOS, 2006; CASTROGIOVANNI, 2022; MENDEZ, 2022). Essa condição, contudo, é justamente o que faz com que essas regiões fiquem vulneráveis a momentos de crise, como ocorreu com a Covid-19 (MENDEZ, 2022).

<sup>3</sup> Em decorrência do alto poder de contágio e das formas de propagação da doença, a principal recomendação feita pelos especialistas foi a de impedir o vírus de circular, através do isolamento social e da utilização de máscara facial (DE PAULA, 2021b).

Balneário Camboriú, no litoral norte de Santa Catarina, é um caso privilegiado para essa análise. Trata-se de um local onde a economia está orientada por um sistema turístico que envolve “lazer, entretenimento, restaurantes, bares, casas noturnas e praias, e também pelo setor imobiliário” (MANNRICH; RUIZ; DOS ANJOS, 2017, p. 127). Ainda que com intensidades distintas, todo esse sistema foi impactado pela crise pandêmica em 2020 e 2021.

Considerando a relação entre competitividade e vulnerabilidade, este artigo tem como objetivo apontar as implicações da pandemia da Covid-19 no setor turístico de Balneário Camboriú/SC e as consequências para a sociedade local.

Para isso, foi proposta uma metodologia, adaptada do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), para dimensionar a quantidade de empregos e a média salarial das Atividades Características do Turismo (ACT) em Balneário Camboriú para os anos de 2011 até 2021, a partir dos dados dos trabalhadores formais do turismo presentes na Relação Anual de Informações Sociais (Rais).

O artigo está dividido em mais cinco seções, além desta introdução. A segunda seção desenvolve a reflexão teórica articulando turismo, competitividade e vulnerabilidade. A terceira seção apresenta a situação do turismo em Balneário Camboriú. A quarta seção desenvolve a metodologia, enquanto a quinta seção apresenta os resultados obtidos. Ao final, buscamos, com as discussões apresentadas, apontar a necessidade de aprofundar o campo de estudos sobre a vulnerabilidade territorial em relação à atividade turística, estudando um caso emblemático, como Balneário Camboriú, mas ainda pouco explorado na literatura.

## **TURISMO, PANDEMIA E VULNERABILIDADE TERRITORIAL**

O trabalho de Michael Porter (1990), amparado na ideia de vantagens competitivas, promoveu uma difusão de estudos e estratégias de políticas públicas pautadas no fortalecimento da competitividade local. Influenciados por essa temática, Mannrich, Ruiz e dos Santos (2017) estudaram a produtividade, o *market share* e a qualidade de vida que estão associadas ao setor turístico de Balneário Camboriú. Os autores destacam a criação de vantagens competitivas que elevam a posição da cidade frente a outros destinos do país, ampliando o fluxo de turistas, a taxa de ocupação hoteleira e a visitação às atrações locais.

A ênfase na competitividade como estratégia de desenvolvimento local, no entanto, tem sido questionada. Bristow (2005) criticou sua formulação teórica ao apontar que estudos sobre

a competitividade não levam em conta processos econômicos e políticos mais amplos, que influenciam no desempenho econômico local, acabando por se tornar uma ferramenta para a retórica neoliberal. A crise de 2008 e as incertezas no capitalismo mundial colocaram um novo problema à ênfase na competitividade ao demonstrar que estratégias orientadas para a produtividade e o crescimento econômico, que não pensam a forma como o local pode reagir a um momento de crise, acabam por ser ineficazes. Decorre dessa preocupação o avanço de estudos sobre a resiliência das regiões, que buscam captar como os locais se diferenciam em momentos de crise em relação a sua capacidade de absorver, resistir e responder, em curto prazo, aos distúrbios do sistema econômico mundial (BRISTOW; HEALY, 2013; MARTIN; SUNLEY, 2014).

Iremos nos apoiar no conceito de vulnerabilidade territorial, conforme proposto por Mendez (2015, 2022), que apresenta ênfase na fragilidade e exposição que uma determinada área tem em relação às ameaças e crises, sejam elas de ordem econômica, eventos meteorológicos extremos, mudanças climáticas ou doenças contagiosas<sup>4</sup>. Nessa linha de raciocínio, é necessário superar uma concepção de especialização restrita à atividade produtiva em si, mas que considera como o sistema de objetos e a vida social se transformam para atender um uso do território próprio à racionalidade da ação hegemônica (SANTOS, 2006)

A estratégia de especialização – que eleva a competitividade – pode ser colocada em xeque. Por óbvio, não podemos assumir que toda especialização representa uma vulnerabilidade. Setores como biotecnologia e *software*, por exemplo, podem promover uma resistência maior aos tempos de crise (MARTIN; SUNLEY, 2014). Cabe reconhecer os tipos de especialização com maior potencial de tornar os lugares mais vulneráveis, tendo em vista a periferia do capitalismo mundial.

Castillo (2015), a partir de observações sobre o setor sucroenergético, apontam os riscos da dependência de um único setor da economia em um contexto de oscilações do mercado e de decisões que cabem às grandes empresas. Santos e Castillo (2020, p. 535) evidenciam o agronegócio canavieiro como uma especialização produtiva que leva a uma vulnerabilidade por sua “apropriação e [...] uso corporativo-estratégico de recursos e ativos territoriais que

<sup>4</sup> Os estudos sobre a resiliência buscam também a reflexão em torno de uma proposta de reconversão (resposta à crise) dos locais (MARTIN; SUNLEY, 2015). Para uma maior profundidade em discussões sobre a resiliência ver Silva e Exterkoter (2015).

garantam, a qualquer custo social, econômico ou ambiental, a rentabilidade e a fluidez almejadas pelos investidores”.

Argumentamos que a relação competitividade, especialização e vulnerabilidade também se aplica ao turismo. Mendez (2015), ao considerar os efeitos da crise de 2008 na Espanha, demonstrou que o maior nível de vulnerabilidade ocorre justamente em regiões que têm em comum uma hiperespecialização no turismo. Esses locais perdem tanto com os efeitos multiplicadores da crise na economia local quanto com a crise imobiliária. Em outro estudo, referente às implicações da pandemia da Covid-19 no turismo espanhol, Mendez (2022) indicou que o litoral mediterrâneo, mais especializado nas atividades turísticas de lazer e no turismo internacional, e nas grandes cidades, como Madrid e Barcelona – principalmente pelo turismo de negócios – os impactos foram maiores; nas regiões mais interioranas e no litoral cantábrico, os impactos foram menores, pois as economias são mais diversificadas e há uma relevância maior dos turistas domésticos em relação aos internacionais.

Cañada (2021, p. 8), explica que a pandemia afeta “duas dimensões fundamentais do turismo: a mobilidade e a interação humana”. Consequentemente, com a interrupção da atividade, o emprego turístico foi devastado com muita rapidez. Isso evidenciou a vulnerabilidade do setor e de seus postos de trabalho”. Como aponta o autor, quanto “maior a precariedade dos trabalhadores do turismo, maior sua vulnerabilidade, e isso acentua seu risco – e o do conjunto da sociedade – em face de previsíveis novas situações de crise sanitária” (CAÑADA, 2021, p. 8). Coloca-se em pauta que, em regiões turísticas de países periféricos, como o Brasil, há uma maior tendência à vulnerabilidade, dada a precarização generalizada no setor, com grande ocorrência de trabalhadores informais, desvalorização da mão de obra feminina, baixas remunerações, significativa presença de jovens, um elevado número de horas trabalhadas e alta rotatividade de trabalhadores (IPEA, 2019; MELIANI, 2021).

Montenegro (2014), a partir do estudo de Fortaleza/CE, indica que a economia complementar ao turismo está voltada ao que Santos (2018) definiu como circuito inferior da economia urbana, constituído de pequenas empresas com baixa capitalização e emprego de tecnologia, como “fabricação de confecções, sapatos, bijuterias e móveis, o comércio destes mesmos artigos, lanchonetes, serviços de informática, mototáxi, borracheiro, sapateiro e relojoeiro”, além de serviços de passeios por vans e micro-ônibus (MONTENEGRO, 2014, p. 68). Esse grupo de pessoas, que não conta com estabilidade salarial e/ou reserva financeira, fica, portanto, mais exposto à crise.

Segundo De Paula (2021a), com a primeira onda da Covid-19 no Brasil, estima-se que 1,1 milhão de postos de trabalho turísticos tenham sido perdidos, sendo 35% de trabalhadores formais e 65% de pessoas que trabalhavam por conta própria ou que não possuíam vínculo empregatício. A recuperação do setor começou de forma lenta a partir do último quarto do ano de 2020, com a liberação das viagens condicionadas a protocolos sanitários (DE PAULA, 2021b).

No que se refere às necessidades e tendências para a atividade turística em um cenário pós-Covid, Fonseca et al. (2022) e Santos, Campos e Rodrigues (2022) indicaram que está ocorrendo o privilegiamento do turismo de proximidade, com fluxos de turistas dentro do próprio estado ou para estados vizinhos, sobretudo para o litoral e outras áreas com características naturais, mostrando uma certa busca por locais mais abertos. É possível que essa tendência de fluxos turísticos mais próximos esteja atrelada também ao recrudescimento de uma crise econômica, que afeta o poder aquisitivo dos brasileiros. Já Cruz *et al.* (2022) contradiz essa ideia, ao afirmar que o turismo pandêmico é muito similar à sua versão pré-pandêmica e, ao invés de estarmos caminhando para uma transformação profunda, “podemos estar indo em direção a modelos de turismo apenas revisados em determinadas questões [...], sem que isso pressuponha uma nova estruturação da atividade” (CRUZ, *et al.*, 2022, p. 96).

Cañada (2021) traz um panorama sombrio para o setor turístico pós-pandemia no que se refere à organização do trabalho: aumento do empobrecimento e exclusão social dos grupos de pessoas ligados à atividade; maior competição pelo emprego, que volta a crescer lentamente; maior desregulamentação do trabalho turístico; concentração cada vez maior de capital, com destruição do pequeno e médio tecido produtivo; maior dependência das economias de plataformas; ampliação nos processos de digitalização e robotização das atividades turísticas, com maiores possibilidades de desemprego estrutural.

Essas mudanças indicadas por Cañada (2021) estão alinhadas com o avanço de uma política neoliberal, com intensificação da exploração dos trabalhadores pelo capital. Em países subdesenvolvidos, isso é ainda mais evidente, na medida em que esse processo de precarização do trabalho é histórico. Cabe lembrar, por exemplo, a aprovação da Reforma Trabalhista em 2017 no Brasil, que buscou flexibilizar as relações laborais. De Paula (2021a) constatou que em 2020, foram apenas as modalidades de trabalho atípicas que fecharam com saldo positivo

no turismo: contrato por prazo determinado, contrato intermitente, contrato verde e amarelo e contrato temporário.

A situação de Balneário Camboriú/SC no momento de uma crise, como a da pandemia, pode nos fornecer elementos para compreender os riscos sociais de uma estratégia exacerbada de busca por ampliação da competitividade no setor turístico.

## TURISMO NO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ/SC

Balneário Camboriú é um dos principais destinos turísticos do país. Em 2019, o município recebeu 186.983 visitas internacionais e 1.840.662 visitas nacionais e arrecadação de cerca de R\$46 milhões provenientes do turismo (BRASIL, 2019). Essa importante dinâmica turística, junto com os arranha-céus estabelecidos ao longo de toda a orla da Praia Central, garantiram ao município o apelido de “Dubai brasileira”, dado pela imprensa em meados da década de 2010 (CALDAS, 2022).

O sistema de objetos do setor turístico de Balneário Camboriú, com suas virtualidades naturais, vantagens de ordem social e sua realidade técnica, compreendem a Praia Central, notavelmente urbanizada e cercada por uma variedade de hotéis, lojas, restaurantes, casas noturnas e outras opções de lazer; as praias agrestes, localizadas mais distantes do centro urbanizado; estruturas como teleférico, roda gigante, aquário e o Cristo Luz; centro de eventos, teatro municipal, casa de shows e, mais recentemente, parques temáticos e parque aquático (BALNEÁRIO CAMBORIÚ, 2016). Em 2021 foi realizada uma obra de alargamento da orla da Praia Central em 2021, aumentando-a de 25 metros para 70 metros, com um custo estimado de R\$66,8 milhões. A prefeitura do município afirmou que essa intervenção protegeria a praia contra a erosão das marés e criaria mais espaço para moradores e visitantes (CALDAS, 2021). É interessante também observar que o aumento da faixa de areia permitiu prolongar o período de exposição solar na praia, já que os arranha-céus bloqueavam a luz solar direta após o meio da tarde.

Destaca-se, ainda, a presença de marinas para embarcações particulares, atracadouros para embarcações turísticas e cruzeiros marítimos, além de hotéis com centros de conferência, o que viabiliza eventos corporativos e turismo de negócios. Para poder receber os fluxos turísticos esperados, o sistema de engenharia financiado pelo Estado é explorado, com a rodovia BR-101 cortando o município, a rodoviária próxima a ela e os aeroportos de Navegantes e de

Florianópolis distando 33,5km e 96,6km de Balneário Camboriú, respectivamente (BALNEÁRIO CAMBORIÚ, 2016). Durante a temporada de verão, que coincide com o período que o município mais recebe visitantes, as rodovias apresentam, com frequência, congestionamento, indicando que a infraestrutura pode ser insuficiente para atender o fluxo turístico.

Para além das referidas infraestruturas, o município interliga-se com outros pontos do Vale do Itajaí e do Litoral Norte Catarinense. Por exemplo, é comum que haja fluxos de turistas hospedados em Balneário Camboriú para visitar o parque temático Beto Carrero World, localizado em Penha, ou outras praias, como a Praia Brava em Itajaí, e as praias dos municípios de Bombinhas, Porto Belo e Itapema, que podem ser acessadas pela BR-101. Durante o mês de outubro, por sua vez, ocorre a festa Oktoberfest em Blumenau, município localizado no Médio Vale do Itajaí. Com frequência, os turistas atraídos pela festa aproveitam para visitar Balneário Camboriú. Esse cenário indica que Balneário Camboriú se beneficia tanto do fluxo de turistas cujo principal objetivo é se hospedar na cidade quanto daqueles atraídos por outras localidades da região (BALNEÁRIO CAMBORIÚ, 2016).

Nota-se, portanto, a centralidade de Balneário Camboriú e Itajaí no litoral norte do estado de Santa Catarina, o que, diante da vulnerabilidade territorial evidenciada em momentos de crises pela hiperespecialização na atividade turística de Balneário Camboriú, pode causar efeitos em cadeia nos arranjos populacionais sob sua influência. No entanto, cabe destacar, que ao considerar Itajaí, pertencente ao mesmo Arranjo Populacional que Balneário, esse cenário deve ser analisado com cautela, visto que Itajaí apresenta uma maior complexidade econômica que seu vizinho, representando, inclusive, o maior Produto Interno Bruto (PIB) do estado em 2021 (IBGE, 2025b).

A partir dos resultados do Censo Demográfico 2022, registra-se que Balneário Camboriú é o município com maior densidade demográfica do estado de Santa Catarina, com 3.077 hab./km<sup>2</sup> (IBGE, 2025a), denotando uma alta concentração espacial, o que agrava não somente o referido aspecto do trânsito urbano, mas também a própria vulnerabilidade à crise trazida pela pandemia, com um pequeno território altamente especializado em uma determinada atividade econômica.

Em síntese, pode-se dizer que a atividade turística de Balneário Camboriú excede a ideia de turismo de “sol-praia”, relacionando-se com infraestruturas que criam demandas para

eventos e turismo de negócios; serviços de hotelaria e alimentação; e capacidade de articular-se com outros pontos do arranjo populacional de Itajaí. Como apontado anteriormente, todo esse sistema foi afetado pela pandemia da Covid-19. O ponto é identificar a intensidade, as diferenças e os principais prejudicados por essa crise, o que foi possível a partir da metodologia indicada na seção seguinte.

## METODOLOGIA

Para apontar as implicações da pandemia da Covid-19 no setor turístico em Balneário Camboriú, esse trabalho se pauta em uma metodologia de coleta de dados a partir da Relação Anual de Informações Sociais (Rais) para dimensionar ao número de empregados formais no setor turístico e a faixa salarial em que se inserem ao longo dos dois primeiros anos da pandemia, 2020 e 2021.

Para classificar os trabalhadores do setor turístico nos pautamos em uma metodologia desenvolvida pelo Instituto de Pesquisas Econômica Aplicada (Ipea), que organiza as ocupações referentes ao turismo em um conjunto de oito Atividades Características do Turismo (ACT) que são as que correspondem a maior participação dos gastos dos turistas, sendo elas: alojamento; agência de viagem; transporte terrestre; transporte aéreo; transporte aquaviário; aluguel de transportes; alimentação; e cultura e lazer<sup>5</sup>. As ACT são baseadas na Classificação Nacional de Atividades Econômicas 2.0 (CNAE 2.0) (SAKOWSKI, 2013).

Partindo das atividades da CNAE 2.0 relacionadas às ACT, captamos dados na Rais referentes ao número de trabalhadores formais por ano e por ACT; e a faixa salarial média<sup>6</sup>. Cabe destacar que na Rais apenas os empregados registrados são captados, de modo que os trabalhadores sem vínculo empregatício não aparecem. Isso caracteriza uma limitação do presente texto, dado que, conforme argumenta Meliani (2021), o setor turístico brasileiro é frequentemente associado ao trabalho informal. No que tange às faixas salariais, organizamos conforme orienta o Ipea em sua metodologia: até 2 salários-mínimos (SM); 2,01 - 3 SM; 3,01 - 5 SM; acima de 5,01 SM.

<sup>5</sup> Para um maior detalhamento das ACT, ver Sakowski (2013, p. 50-56).

<sup>6</sup> A Rais disponibiliza duas formas de apresentação dos dados: vínculos totais ou ativos em 31/12. Foram considerados os vínculos totais, pois entende-se que o setor turístico é de alta rotatividade de trabalhadores (IPEA, 2019), além de que a maior contratação do setor ocorre nos meses da temporada de verão, entre dezembro e março, o que pode fazer com que alguns contratos não sejam registrados caso se opte por selecionar apenas os vínculos ativos em 31/12 de cada ano.

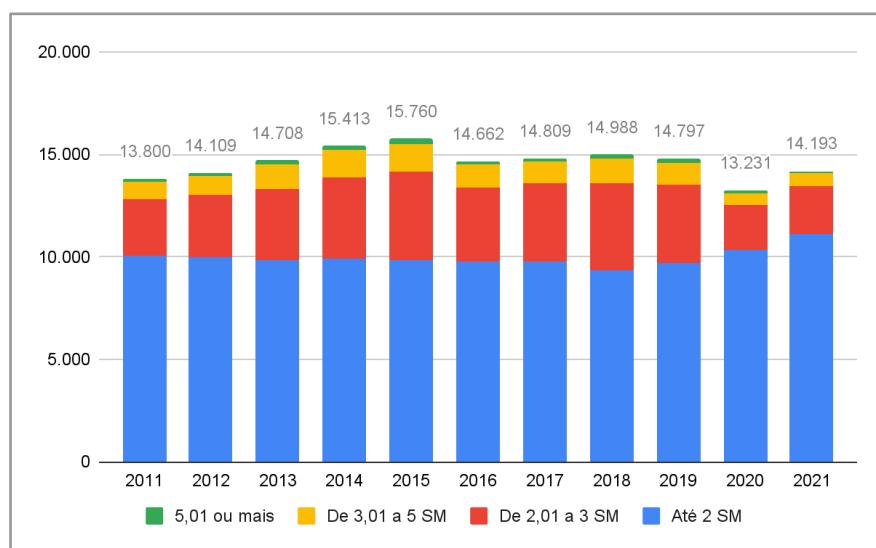
Para análise da variação dos dados, optamos por selecionar um intervalo de dez anos, de 2011 até 2021. Essa escolha de abranger um decênio de dados teve como intenção verificar se processos relacionados às ACT decorrem da pandemia da Covid-19 ou se antecedem o período. Por sua vez, a escolha do ano final, 2021, coaduna-se com a disponibilidade de dados na data de submissão do artigo.

Considerando a metodologia indicada, as discussões teóricas tecidas no início do trabalho e as características da atividade turística de Balneário Camboriú, a seção seguinte trata da análise dos dados coletados a partir da Relação Anual de Informações Sociais e dos efeitos da pandemia especificamente sobre o recorte espacial deste trabalho.

## A PANDEMIA E O SETOR TURÍSTICO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ/SC

A Figura 1 demonstra a variação do total de trabalhadores formais por ano, conforme o total de vínculos e as faixas de salário mínimo definidas. Registra-se que, em 2019, antes da crise pandêmica, o conjunto das ACT representou 17,0% do total de empregos formais em Balneário Camboriú. Em 2021, esse percentual foi reduzido para 15,2% (BRASIL, 2021a).

**Figura 01: Variação do número absoluto de empregos formais, por faixa de salário mínimo, de 2011 a 2021, para o conjunto de todas as ACT em Balneário Camboriú/SC**



Fonte: Brasil (2021a); Elaboração própria (2023).

No geral, o trabalho turístico já apresentava uma generalizada precarização, com remunerações bastante baixas, sendo predominante a faixa de até 2 SM por mês, corroborando com o que Meliani (2021) indicou sobre a característica precarização do trabalho no setor. A pandemia da Covid-19 aprofundou essa situação, com uma diminuição do número absoluto de trabalhadores formais nas ACT durante os anos de maior impacto da pandemia, 2020 e 2021, e aumento dos trabalhadores que ganham a menor faixa salarial. Em 2020, ano em que a pandemia é decretada, é registrado o menor número de empregados formais da série e o volume de trabalhadores que ganham até 2 SM é maior que todos os anos anteriores. Em 2021, com a flexibilização das restrições às viagens e retomada do turismo (DE PAULA, 2021a; 2021b), há uma recuperação do setor, com ampliação do número total de empregados, ainda que em níveis menores do que os patamares atingidos de 2013 a 2019.

A faixa salarial que predomina em Balneário Camboriú é a de até 2 SM, com um aumento dessa proporção para os anos da pandemia: cerca de 78,4% dos trabalhadores das ACT em 2021 recebiam menos de 2 SM (R\$ 2.200,00 em 2021), um acréscimo de 13% em relação a 2019. Ou seja, embora tenha havido um aumento do número de empregados entre 2020 e 2021, essa recuperação ocorreu com um aumento de trabalhadores no menor estrato de renda. A faixa salarial de 2,01 a 3 SM foi a que teve a maior queda relativa, com uma diminuição considerável dos empregados com essa média salarial, passando de 26,2% em 2019 para 16,2% em 2021. As faixas salariais mais elevadas também apresentaram uma redução, demonstrando um achatamento salarial generalizado.

No que tange à representação das diferentes ACT de Balneário Camboriú, a Tabela 1, abaixo, ilustra os percentuais de participação de cada uma delas para o recorte temporal definido. Em relação a ACT transporte aéreo, a RAIS não retornou quaisquer dados no recorte temporal de 2011 a 2021, podendo-se assumir que ela não é relevante na configuração do mercado de trabalho turístico do município, dado que os aeroportos, que permitem a chegada dos visitantes a Balneário Camboriú, se encontram em outros municípios – Navegantes e Florianópolis. Portanto, a mesma não foi considerada na análise. Procedimento semelhante se aplica para as ACT de transporte aquaviário e de aluguel de transportes<sup>7</sup>, que não são representativas na totalidade do setor turístico, sendo desconsideradas na análise individual das

<sup>7</sup> A ACT de transporte aquaviário teve sua maior participação no conjunto geral das ACT em 2016 e 2017, com 0,6%, enquanto a ACT de aluguel de transportes teve a maior participação em 2020 e 2021, com 0,3%.

atividades. Desse modo, priorizamos a análise das atividades de alimentação, alojamento, agência de viagens, transporte terrestre e cultura e lazer, respectivamente.

**Tabela 01:** Percentual de empregos turísticos formais por Atividade Característica do Turismo em relação ao total de empregos turísticos formais, de 2011 a 2021, em Balneário Camboriú/SC

Ano	Alimentação	Alojamento	Cultura e lazer	Transporte terrestre	Agência de viagens
2011	57,4%	35,4%	2,8%	2,6%	1,3%
2012	60,6%	33,1%	1,8%	2,6%	1,4%
2013	61,1%	31,9%	1,6%	3,0%	2,0%
2014	62,1%	31,2%	1,7%	2,7%	2,0%
2015	62,7%	30,9%	1,8%	1,8%	2,3%
2016	62,6%	30,3%	2,0%	1,8%	2,7%
2017	63,2%	29,1%	2,1%	1,8%	3,1%
2018	64,3%	28,9%	2,3%	1,8%	2,0%
2019	65,0%	27,1%	3,2%	1,8%	2,2%
2020	62,4%	28,8%	3,9%	1,9%	2,2%
2021	64,7%	26,6%	4,9%	1,6%	1,4%

Fonte: Brasil (2021a); Elaboração própria (2023).

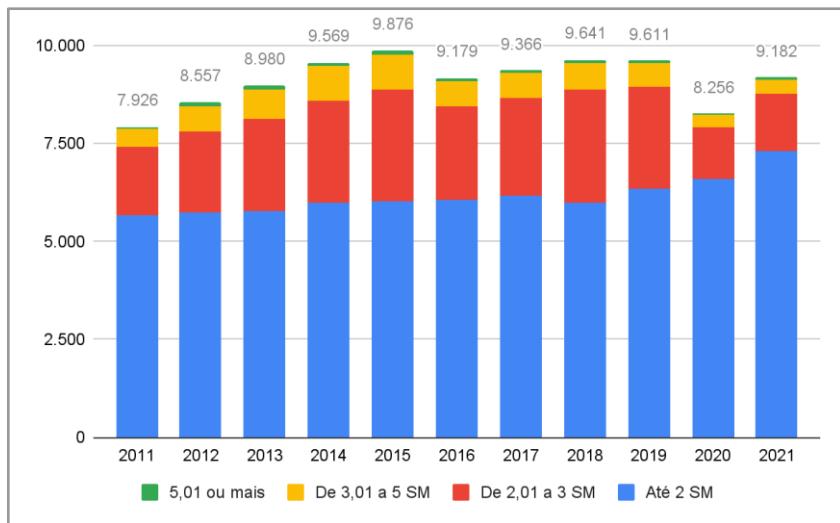
Em Balneário Camboriú há predominância das atividades relacionadas à alimentação, correspondendo a cerca de 64,7% dos trabalhos formais no setor em 2021, conforme indicado na Tabela 2. Tal cenário pode estar relacionado ao fato de que de todas as ACT, a alimentação é a que possui maior articulação com os moradores locais, não tendo um atendimento exclusivo do setor turístico. Portanto, a relação entre a área de alimentação e o turismo precisa ser relativizada. Mas, é razoável supor que os estabelecimentos que trabalham com alimentação considerem a temporada turística em seus orçamentos.

Em 2011, as atividades de alimentação correspondiam a 57,4% do total das ACT. Essa participação teve um aumento constante, chegando a 65% no ano de 2019. Entre 2020 e 2019, no entanto, houve uma queda nessa proporção, com a ACT chegando a 62,4% do total.

Como demonstra a Figura 2, na sequência, essa queda na participação da alimentação no total do setor está relacionada com uma redução de 14,1% do total de empregos formais para essas atividades entre 2019 e 2020, passando de 9.611 trabalhadores para 8.256. A recuperação desta ACT, apesar do exposto, se mostra expressiva entre 2020 e 2021, o que pode estar relacionado à flexibilização extensiva em relação à pandemia de todas as atividades econômicas em 2021 e a não especificidade em relação ao turismo que a alimentação possui. Entretanto, houve um aumento de 4,1% para a faixa salarial de até 2 SM, assegurando que seja a atividade com a maior proporção de pessoas que ganham salários nessa faixa (cerca de 80% em 2020 e 79,4% em 2021).

Cabe lembrar que durante a pandemia houve um aumento expressivo das plataformas de entregas de comida, como o *iFood* e a *Uber Eats*, que não possuem regime de trabalho formal com os entregadores (FILGUEIRAS; ANTUNES, 2020). Nesse sentido, a queda de trabalhadores formais na ACT alimentação em 2020 não apresenta, necessariamente, uma queda absoluta dos trabalhadores nessa ACT. É possível, inclusive, que os entregadores dos restaurantes antes fossem contratados formalmente e, com a pandemia, foram demitidos, encontrando trabalho como entregadores pelas plataformas. Outro fenômeno que vem nessa esteira é o aumento das *dark kitchens*, que são restaurantes que não atendem ao público no local, apenas fazem entregas, o que exige menos trabalhadores (CAÑADA, 2021).

**Figura 02: Variação do número absoluto de empregos formais, por faixa de salário mínimo, de 2011 a 2021, para a ACT alimentação em Balneário Camboriú/SC**



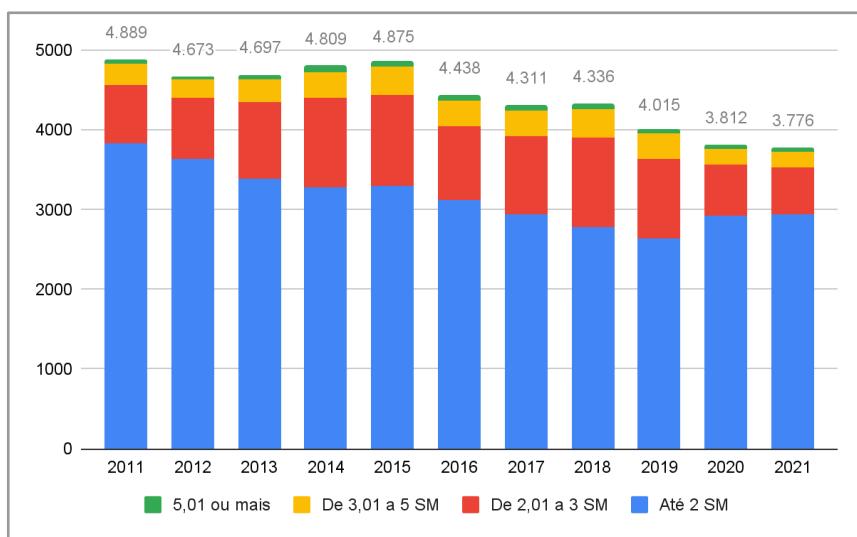
Fonte: Brasil (2021a); Elaboração própria (2023).

No que se refere à ACT alojamento, há uma diminuição contínua da sua participação no total de trabalhadores do setor, representando 35,4% em 2011, a percentagem mais alta, e 26,6% em 2021, a percentagem mais baixa. Apesar dessa queda, é evidente que as atividades de alojamento são ainda uma das mais importantes para o setor turístico, o que pode estar relacionado à sua relação intrínseca com o turismo, seja de “sol-praia” ou de negócios.

Na Figura 3, abaixo, é possível observar que houve uma redução de 5% no total dos empregos formais da ACT alojamento entre 2019 e 2020 e um aumento de 10% na proporção dos trabalhadores que recebem até 2 SM e uma diminuição de 36% tanto para a faixa de 2,01 a 3 SM quanto de 3,01 a 5 SM, indo ao encontro da tendência geral do setor para o período.

Esse fenômeno encontra correspondência também na ampliação das economias de plataforma, como o *Airbnb*, e na locação individual de imóveis para a temporada. Os hotéis, que são os principais empregadores formais da ACT alojamento, vêm ganhando, progressivamente, maior competição pela alocação dos turistas. Em situação de arrocho econômico, esse processo pode ganhar ainda mais força, na medida em que a população residente vê a temporada de verão como uma forma de ganhar dinheiro através da locação de imóveis.

**Figura 03: Variação do número absoluto de empregos formais, por faixa de salário mínimo, de 2011 a 2021, para a ACT alojamento em Balneário Camboriú/SC**



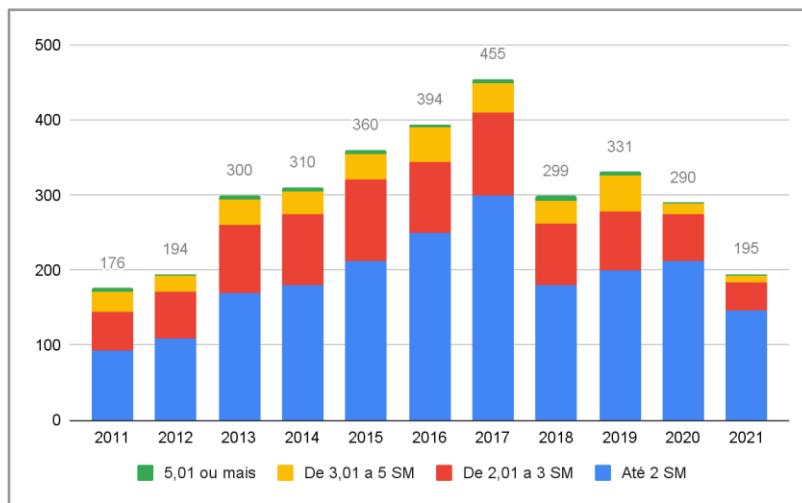
Fonte: Brasil (2021a); Elaboração própria (2023).

No que tange à ACT agência de viagens, a sua participação no total do setor começa em 1,3% do total de vínculos empregatícios nas ACT de Balneário Camboriú em 2011 e aumenta até 2017, quando atinge 3,1%. Há, no entanto, uma diminuição dessa participação nos anos seguintes, atingindo 1,4% em 2021.

Na Figura 4, na sequência, é possível notar que essa ACT tem apresentado uma queda considerável dos postos de trabalho a partir de 2018, com a pandemia reforçando um fenômeno que já estava acontecendo. Em relação aos salários, há também um aumento da proporção de pessoas que ganham menos de 2 SM.

O pico dos empregos para a ACT de agência de viagens foi em 2017, com uma redução de 34% em 2018. No ano seguinte, houve um aumento do número de empregos, com uma nova redução entre 2019 e 2020, de cerca de 12%. Entre 2020 e 2021, por sua vez, há uma diminuição de 33%, demonstrando uma expressiva baixa para essas atividades. É possível que elas já estivessem em queda diante da expansão de plataformas digitais de agenciamento de viagens, como o *Booking*, e, com a pandemia, foi adotado o sistema de trabalho remoto, o que pode ter levado a uma diminuição da necessidade de pessoas trabalhando localmente.

**Figura 04:** Variação do número absoluto de empregos formais, por faixa de salário mínimo, de 2011 a 2021, para a ACT agência de viagens em Balneário Camboriú/SC



Fonte: Brasil (2021a); Elaboração própria (2023).

Em relação à ACT de transporte terrestre, a proporção da atividade em relação ao total começa em 2,6% em 2011 e sobe até 3% em 2013, com uma sequente diminuição até 2021, atingindo seu menor valor, 1,6%.

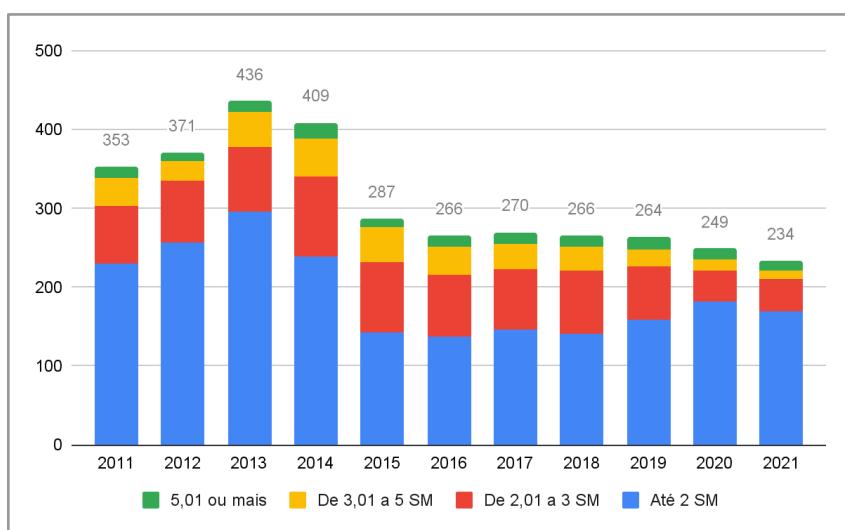
É possível perceber, observando a Figura 5, abaixo, que esse conjunto de atividades possui comportamento similar à atividade de agência de viagens, com uma queda abrupta do número de empregos gerados antes da pandemia, com uma progressiva diminuição até 2021. Nota-se que, ainda que a redução do total de empregos com a pandemia tenha sido pequena, houve o aumento da proporção de pessoas na primeira faixa salarial.

Entre 2014 e 2015 houve uma redução de 30% no número de trabalhadores formais para o transporte terrestre, com uma leve baixa ao longo dos anos seguintes. Destaca-se, no entanto, o aumento de 15% entre 2019 e 2020 para a faixa de até 2 SM. Imagina-se que, com exceção da organização de excursões e fretamento de veículos, a ACT de transporte terrestre é uma das que mais possui trabalhadores vinculados ao setor público, em decorrência do transporte coletivo. Por conta dessa relação e da maior estabilidade como servidor público, pode ser que isso tenha influenciado na manutenção dos empregos no contexto da pandemia.

Novamente, é de se imaginar que a economia de plataforma também tenha relações com a diminuição dos trabalhadores formais nessa ACT, com empresas que adotam esse formato estabelecendo posição importante no transporte terrestre. Os exemplos mais conhecidos são a

*Uber* e a 99, que vêm ganhando destaque no transporte de passageiros, e o *Blablacar*, que gerencia caronas entre motoristas e passageiros para viagens maiores, o que pode estar diretamente ligado ao turismo doméstico.

**Figura 05: Variação do número absoluto de empregos formais, por faixa de salário mínimo, de 2011 a 2021, para a ACT transporte terrestre em Balneário Camboriú/SC**



Fonte: Brasil (2021a); Elaboração própria (2023).

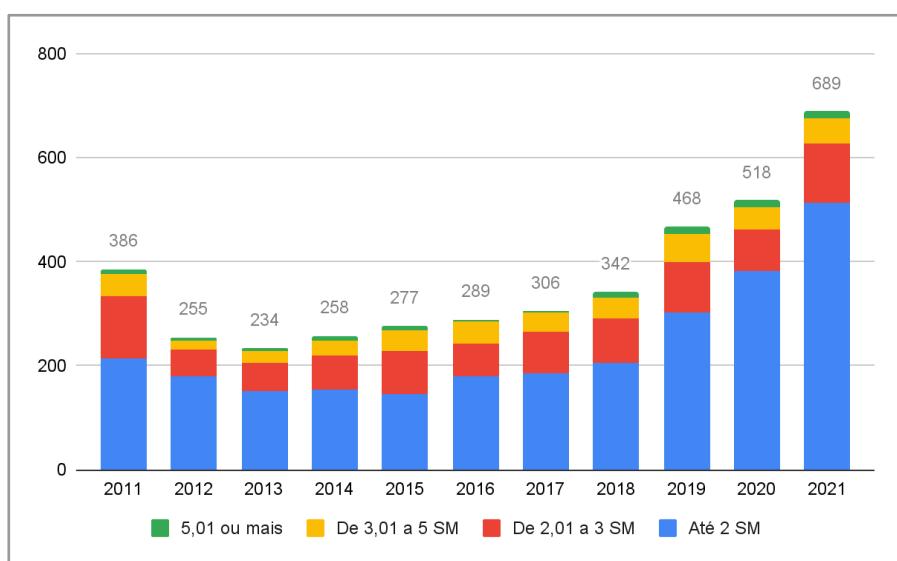
As ACT de cultura e lazer, no que concerne à sua participação no total, apresenta 2,8% em 2011, com diminuição até 2014, apresentando seu menor percentual da série, 1,7%. Nos anos seguintes, no entanto, a ACT mostra um aumento contínuo na sua proporção do setor, atingindo 4,9% em 2021.

Observando as variações de cada uma das Atividades Características do Turismo, a ACT de cultura e lazer é o caso que mais destoa do padrão apresentado, pois há um aumento no número de empregos gerados em 2020 e 2021, atingindo o maior número em 2021, o que pode ser observado na Figura 6, na sequência. Apesar disso, nessa ACT se repete o fenômeno da diminuição salarial já constatado em todas as outras atividades.

Entre 2018 e 2019 houve um aumento de 37% no total de empregos da ACT cultura e lazer; entre 2019 e 2020 esse aumento foi de 11%; e entre 2020 e 2021 esse aumento foi de 33%. Assim, mesmo que não tenha parado de haver crescimento no número de postos de trabalho formais na ACT, houve uma diminuição nesse crescimento entre 2019 e 2020, com provável efeito da pandemia. Em termos de salário, por sua vez, entre 2019 e 2020 há um aumento de 26% na faixa salarial de até 2 SM, e entre 2020 e 2021 esse aumento foi de 35%.

Dado que o Ipea amplia a classificação de cultura e lazer para além das atividades de shows e eventos, é possível observar alguns fatos que podem justificar o processo no município e que podem estar atrelados com a expansão verificada na Figura 6. Por exemplo, a inauguração da *FG Big Wheel* no final de 2020, roda gigante no Pontal Norte da Praia Central; houve a inauguração do *Oceanic Aquarium* em 2020, aquário na Barra Sul da Praia Central; inauguração da balada noturna *The Grand* em 2020; inauguração do Expocentro de Balneário Camboriú Júlio Tedesco em 2021, centro de eventos próximo à BR-101.

**Figura 06: Variação do número absoluto de empregos formais, por faixa de salário mínimo, de 2011 a 2021, para a ACT cultura e lazer em Balneário Camboriú/SC**



Fonte: Brasil (2021a); Elaboração própria (2023).

## CONCLUSÃO

As incertezas e crises que afetam o mundo contemporâneo colocam em evidência o problema de estratégias políticas e econômicas centradas na competitividade. Se, por um lado, em fases de crescimento essa estratégia pode ter efeitos na qualidade de vida local, como defendido por Mannrich, Ruiz e Dos Anjos (2019), por outro, amplia a vulnerabilidade local, como indicada por Mendez (2022). Essa dimensão da competitividade precisa ser levada em conta dada a capacidade da elite se articular para minimizar suas perdas e colocar os prejuízos na conta dos trabalhadores.

Balneário Camboriú acaba sendo prejudicada pela queda no número de turistas e no consumo, o que gerou efeitos multiplicadores nas ACT, com a diminuição do número de

empregos e no nível dos salários, ampliando as desigualdades que já eram características do setor. A crise se aprofunda com a aceleração digital que acompanha a pandemia. Por um lado, serviços locais, como agências de turismo e hotéis, passam a ter a concorrência de plataformas digitais comandadas por empresas externas ao território nacional. Com isso, recursos que antes ficavam na economia local, agora passem a ser captados por grandes empresas do ramo da tecnologia digital. Por outro, as plataformas digitais impõem a necessidade de ampliar o tempo de trabalho, ao mesmo tempo em que reduzem os direitos e garantias dos trabalhadores, agravando, assim, a precariedade do trabalho no turismo, que, como ficou demonstrado, antecede a crise. Certamente, essa situação não é exclusiva das regiões turísticas, mas dado o maior peso dos serviços como de alimentação e hotelaria na economia local, pode-se considerar que a digitalização pode gerar maiores prejuízos nessas áreas.

É importante destacar que os dados coletados a partir da Rais não abrangem todos os trabalhadores que atuam no setor turístico, tendo em vista a quantidade de informais que o setor conta (MELIANI, 2021). Esse é o caso dos pequenos negócios não formalizados, dos vendedores ambulantes, guias de turismo, artistas, trabalhadores de limpeza, outros prestadores de serviços, etc., que também são diretamente prejudicados pela diminuição da circulação e queda no consumo local. Faz-se necessária uma investigação voltada especificamente para esse propósito para discutir como esses trabalhadores foram afetados pela crise, além de identificar como a queda nos postos de trabalho pode ter ampliado o número de trabalhadores que dependem de atividades informais.

O alastramento de um vírus como o que causa a Covid-19, afetando a mobilidade e a interação entre as pessoas, evidencia a vulnerabilidade que a especialização de um setor, em busca de maior competitividade, pode causar. Assim, nossos resultados reforçam a tese de que a competitividade não pode ser pensada como estratégica hegemônica das políticas e dos investimentos locais. É necessário que medidas para minimizar a vulnerabilidade, sobretudo, dos trabalhadores, sejam colocadas em pauta.

No caso de Balneário Camboriú, o cenário exposto com a crise pandêmica aproxima a "Dubai Brasileira" de sua contraparte no Oriente Médio, mas no que concerne aos altos índices de desigualdade: enquanto os arranha-céus da orla da Praia Central continuam em crescimento, tendo em vista um mercado imobiliário que mira as elites, os trabalhadores locais são cada vez mais precarizados, com aumento da informalidade e redução dos níveis salariais.

## REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério do Turismo - MTur. **Categorização dos Municípios Turísticos - 2019**. Brasília, 2019. Disponível em: <https://dados.gov.br/dataset/categorizacao/resource/a58fccab-4887-4d11-a8cf-c8b0dae26321>. Acesso em: 11 jan. 2022.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Previdência - MTE. **Relação Anual de Informações Sociais - RAIS**: Vínculos, 2011 - 2021. Brasília, 2021a. Disponível em: <[https://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged\\_rais\\_vinculo\\_id/caged\\_rais\\_vinculo\\_basico\\_tab.php](https://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_rais_vinculo_id/caged_rais_vinculo_basico_tab.php)>. Acesso em: 13 abr. 2023.
- BRASIL. Portaria nº PR-268, de 26 de agosto de 2021. O PRESIDENTE da FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE), no uso de suas atribuições, e em cumprimento ao que determina o Art. 102 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992 e a Lei Complementar nº 143 de 17 de julho de 2013, resolve. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 26 ago. 2021b. Disponível em: <https://portal.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-pr-268-de-26-de-agosto-de-2021-341037196>. Acesso em: 13 jun. 2023.
- BRISTOW, G. Everyone's a 'winner': Problematising the discourse of regional competitiveness. **Journal of Economic Geography**, v. 5, n. 3, p. 285-304, jun. 2005.
- BRISTOW, G.; HEALY, A. Regional Resilience: An Agency Perspective. **Regional Studies**, v. 48, n. 5, p. 923-935, nov. 2013.
- CALDAS, J. Entenda megaobra de alargamento de Balneário Camboriú do início ao fim em 10 pontos. **G1 SC**. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2021/10/26/entenda-megaobra-de-alargamento-de-balneario-camboriu-do-inicio-ao-fim-em-10-pontos.ghtml>. Acesso em: 25 maio 2023.
- CALDAS, J. Por que Balneário Camboriú é conhecida como 'Dubai brasileira'? Entenda. **G1 SC**. Disponível em: <https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2022/07/30/por-que-balneario-camboriu-e-conhecida-como-dubai-brasileira-entenda.ghtml>. Acesso em: 16 ago. 2023.
- CAÑADA, E. PERSPECTIVAS DO TRABALHO TURÍSTICO PÓS-COVID-19. In: **Revista do Centro de Pesquisa e Formação - SESC-SP**, p. 7-13, jun. 2021.
- CASTILLO, R. Dinâmicas recentes do setor sucroenergético no Brasil: Competitividade regional e expansão para o bioma Cerrado. **GEographia**, 17, n. 35, p. 95-119, 2015.
- CASTROGIOVANNI, A. C. Por que Geografia no Turismo? Revisitando o exemplo de Porto Alegre, RS, Brasil. **Para Onde!?** Edição Especial - Geografia(s) do Turismo, v. 16, n. 2, p. 1-27, 2022.

CRUZ, R. C. A., *et al.* “Por uma geografia do movimento”: reflexões sobre as práticas de turismo durante a pandemia de Covid-19 no estado de São Paulo. **Formação (Online)**, Presidente Prudente, v. 29, n. 55 - Dossiê, p. 79-101, 2022.

DE PAULA, A. T. Contrato Intermitente no Turismo: Tendência em Tempos de Pandemia e Pós-Pandemia? **Rosa dos Ventos**, Caxias do Sul, v. 13, n. 4, esp., 2021a. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/4735/473569974009/473569974009.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2023.

DE PAULA, A. T. TRABALHADORES SEM DESTINO: UMA ANÁLISE PRELIMINAR DOS IMPACTOS DA PANDEMIA À CLASSE TRABALHADORA DO TURISMO. In: **Revista do Centro de Pesquisa e Formação - SESC-SP**, p. 36-55, jun. 2021b.

FILGUEIRAS, V.; ANTUNES, R. Plataformas digitais, uberização do trabalho e regulação no capitalismo contemporâneo. **Revista Contracampo**, v. 39, n. 1, abr. 2020.

FONSECA, M. A. P, *et al.* O turista brasileiro no contexto da crise sanitária Covid-19. **Revista Formação (Online)**, Presidente Prudente, v. 29, n. 55 - Dossiê, p. 03-27, 2022.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE Cidades@**. Rio de Janeiro, [202-]. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 24 jan. 2025.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Regiões de influência das cidades: 2018**. IBGE, Coordenação de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico**. 2025a. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2010/inicial>. Acesso em fev. 2025.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produto Interno Bruto dos Municípios**. 2025b. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pib-munic/tabelas>. Acesso em fev. 2025.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Sistema de Informações sobre o Mercado de Trabalho no Setor Turismo – SIMT**. Brasília, 2019.

LOPES, R; J. OMS declara o fim da emergência de saúde da pandemia de Covid, a mais devastadora deste século. Folha de São Paulo. São Paulo, 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2023/05/oms-declara-o-fim-da-emergencia-de-saude-da-pandemia-de-covid-a-mais-devastadora-deste-seculo.shtml>. Acesso em: 24 fev. 2025.

MANNRICH, E. W.; RUIZ, T. C. D.; DOS ANJOS, F. A. A Competitividade de Destinos Turísticos: O Caso de Balneário Camboriú-Santa Catarina-Brasil. **RITUR-Revista Iberoamericana de Turismo**, v. 7, n. 2, p. 121-139, set. 2017.

MARTIN, R.; SUNLEY, P. On the notion of regional economic resilience: Conceptualization and explanation. **Journal of Economic Geography**, v. 15, n. 1, p. 1-42, mar. 2014.

MELIANI, P. F. TURISMO E TRABALHO NO BRASIL: O PERFIL DA FORÇA DE TRABALHO OCUPADA NO TURISMO BRASILEIRO NO CONTEXTO CONTEMPORÂNEO DE FLEXIBILIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO. In.: **Revista do Centro de Pesquisa e Formação - SESC-SP**, p. 109-130, jun. 2021.

MENDEZ, R. Crisis, vulnerabilidad y nuevas desigualdades territoriales en España. **Sistema: revista de ciencias sociales**, n. 239, p. 45-63, jun. 2015.

MENDEZ, R. Turismo, pandemia y nuevos contrastes territoriales en España. **Ikara. Revista de Geografías iberoamericanas**, n. 1, 2022.

MONTENEGRO, M. R. Contradições de Fortaleza: entre o turismo globalizado e a reprodução do circuito inferior da economia. **GeoUECE**, v. 3, n. 4, p. 60-83, jan./jun., 2014.

PORTRER, M. E. **Competitive advantage of nations**: creating and sustaining superior performance. Londres: Macmillan, 1990.

SAKOWSKI, P. A. M. **TEXTO PARA DISCUSSÃO 1842: ASPECTOS METODOLÓGICOS DO SISTEMA INTEGRADO DE INFORMAÇÕES SOBRE O MERCADO DE TRABALHO NO SETOR TURISMO**. Rio de Janeiro: IPEA, 2013.

SANTOS, C. A. J.; CAMPOS, A. C.; RODRIGUES, L. P. Incidência da pandemia da Covid-19 no turismo da região Nordeste do Brasil. **Geousp**, São Paulo, v. 26, n. 3, dez., 2022.

SANTOS, H. F.; CASTILLO, R. Vulnerabilidade territorial do agronegócio globalizado no Brasil: crise do setor sucroenergético e implicações locais. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, v. 24, n. 3, p. 508-532, dez. 2020.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, M. **O Espaço Divido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2018.

SILVA, C. A.; EXTERCKOTER, R. K. Resiliência: contribuições e desafios para o estudo do desenvolvimento das regiões. **GEographia**, v. 18, n. 37, p. 115-137, dez. 2015.